

O papel das narrativas nas arenas ambientais brasileiras

The role of narratives in the Brazilian environmental arenas

Amanda Sousa Silvino ¹

José Eduardo Viglio ²

Jorge Calvimontes ³

Raíssa Resende de Moraes ⁴

Lúcia da Costa Ferreira ⁵

¹ Doutorado em Ambiente e Sociedade, Pesquisadora, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe, São José dos Campos, SP, Brasil
E-mail: amandasilvino@gmail.com

² Doutorado em Ciências Sociais, Pesquisador, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, SP, Brasil
E-mail: eduviglio@gmail.com

³ Doutorado em Ambiente e Sociedade, Pesquisador, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, SP, Brasil
E-mail: jorge.calvimontes@gmail.com

⁴ Doutorado em Ambiente e Sociedade, Pesquisadora, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, SP; Servidora da Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais, MG, Brasil
E-mail: raissaresendedemoraes@gmail.com

⁵ Doutorado em Ciências Sociais, Professora e Pesquisadora plena aposentada, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Brasil
E-mail: luciacf@unicamp.br

doi:10.18472/SustDeb.v16n2.2025.56945

Received: 22/01/2025
Accepted: 30/07/2025

ARTICLE- VARIA

RESUMO

A questão ambiental é um dos principais desafios do século XXI. Este artigo investiga a complementaridade entre as abordagens teórico-metodológicas de Arena Política e Narrativas para tratar de conflitos e processos decisórios acerca das questões ambientais. Para isso, realiza uma ampla revisão de literatura acerca dos temas e uma análise qualitativa de pesquisas publicadas nos programas de Pós-graduação em Ciências Sociais e Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Campinas, com o objetivo de instrumentalizar ambos os conceitos, examinando como essas abordagens estruturam as pesquisas. Os

resultados indicam que a identificação das funções das narrativas dentro das arenas políticas permite revelar a complexidade e as contradições das dinâmicas socioambientais. Conclui-se que soluções para problemas ambientais devem considerar múltiplas perspectivas e tensões sociais para viabilizar ações transformadoras. O estudo reforça a relevância de metodologias interdisciplinares e qualitativas na compreensão da dimensão social das questões ambientais.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Conflitos. Complexidade. Meio ambiente.

ABSTRACT

Environmental issues rank among the most pressing challenges of the 21st century. This article explores the complementarity between the theoretical and methodological approaches of Political Arenas and Narratives in addressing conflicts and decision-making processes related to environmental issues. To this end, we conducted an extensive literature review and a qualitative analysis of research produced within the Postgraduate Programs in Social Sciences and Environment and Society at the University of Campinas (Unicamp). Our objective was to operationalize both concepts and assess how these approaches contribute to structuring academic inquiry. The findings suggest that identifying the functions of narratives within political arenas helps to uncover the complexity and contradictions inherent in socio-environmental dynamics. We conclude that addressing environmental challenges requires acknowledging multiple perspectives and social tensions to foster transformative action. This study underscores the importance of interdisciplinary and qualitative methodologies for understanding the social dimensions of environmental issues

Keywords: Sustainability. Conflict. Complexity. Environment.

1 INTRODUÇÃO

A problemática ambiental, por sua natureza complexa, demanda abordagens suficientemente robustas para dar conta de sua multidimensionalidade. Segundo Brondizio (2017), diferentes teorias e modelos analíticos podem contribuir conjuntamente para diagnosticar e explicar determinada questão, mesmo quando envolvem tensões disciplinares. A crise ambiental é um dos grandes dilemas do século XXI e, sem a incorporação da dimensão social, torna-se inviável formular propostas eficazes para enfrentar os complexos desafios decorrentes da relação entre sociedade e natureza (Lele *et al.*, 2018). Com base nesse pressuposto, este artigo propõe relacionar duas abordagens teórico-metodológicas das ciências humanas — a Arena e a Narrativa — e demonstrar como esses instrumentos analíticos têm sido utilizados para compreender os conflitos e os processos decisórios ligados às questões ambientais.

Enquanto *Arena* é um termo oriundo da ciência política, geralmente utilizado para designar um espaço social em que diferentes atores buscam influenciar processos decisórios (Costa, 2007; Lowi, 2009), *Narrativa* é um conceito polissêmico, com origem nos estudos literários e linguísticos, posteriormente apropriado pelas ciências sociais (Flottum; Gjerstad, 2017), cujo foco recai sobre a dimensão discursiva dos conflitos e processos políticos (Dryzek, 2022).

O objetivo geral deste artigo é compreender como a instrumentalização das abordagens de *Arena política* e *Narrativa* pode contribuir para evidenciar a complexidade social envolvida nas problemáticas ambientais. Para atingir esse propósito, foi realizada uma revisão de literatura que apresenta uma síntese da origem e da evolução dessas abordagens em diferentes campos das ciências humanas. Em seguida, procedeu-se a uma análise crítica de publicações, teses e dissertações produzidas nas duas últimas décadas pelo Laboratório de Pesquisa em Conflitos e Arenas Ambientais (ConArena), vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp), que tem se dedicado a aplicar esses referenciais analíticos no estudo das questões ambientais no Brasil e na América Latina. Por fim, o artigo discute as contribuições dessa instrumentalização para o campo das ciências ambientais.

2 ORIGEM E EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE ARENA POLÍTICA

O conceito de *Arena política* começou a ganhar forma e amplitude a partir da década de 1950, especialmente com a obra *O prefácio à teoria democrática*, de Robert Dahl (Lowi, 2009). Nela, o autor discute o papel estrutural de diferentes grupos sociais nos processos políticos e na tomada de decisões. Trata-se de uma literatura acadêmica clássica que reconhece que o poder não está concentrado apenas no Estado, mas também nos cidadãos organizados em defesa de seus interesses (Costa, 2007). Para Dahl, os recursos que conferem poder são distribuídos de maneira desigual entre os diversos grupos, e o poder é compartilhado entre agentes governamentais e grupos externos que exercem influência sobre eles. Essa abordagem oferece uma descrição detalhada dos processos decisórios, destacando a atuação e a influência de grupos e organizações nas dinâmicas políticas (Costa, 2007, p. 220).

Dahl demonstrou que as decisões políticas resultam da combinação de diferentes recursos de poder e que nenhum grupo, isoladamente, é capaz de controlar por completo a comunidade (Costa, 2007). Essa estrutura relacional, na qual o poder é permanentemente disputado, passou a ser denominada *Arena política*. Até então, a disputa política era vista como um processo passivo, determinado por um equilíbrio de forças sociais cujas combinações resultariam, de forma neutra, nas decisões do sistema. As contribuições teóricas de Dahl, no entanto, ampliaram essa compreensão ao evidenciar que a própria arena política atua como uma força ativa nos jogos sociais. Assim, o sistema político não apenas responde às pressões externas, mas também produz ativamente demandas, que se somam às reivindicações dos diversos grupos sociais que interagem no tecido social (Costa, 2007; Lowi, 2009).

Na década de 1960, uma importante contribuição para a abordagem de arena política foi realizada por Nelson W. Polsby, com a publicação da obra *Community Power and Political Theory* (1963). Nessa abordagem, as forças sociais formadas pelo agrupamento de atores passaram a ser compreendidas como elementos centrais para a análise das dinâmicas e relações que se estabelecem na arena política.

As expectativas dos grupos de atores em relação a uma determinada situação política geram distintos padrões de cooperação e conflito na sociedade. Uma das principais contribuições da ciência política na segunda metade do século XX foi abandonar a visão do Estado como um árbitro neutro entre interesses concorrentes, passando a concebê-lo como uma instituição complexa capaz de moldar tanto a natureza quanto os desfechos dos conflitos entre grupos sociais (Hall; Taylor, 1996).

Em sua obra *Arenas of Power: reflections on politics and policy*, Theodore Lowi apresenta a arena política como uma abordagem teórica voltada à compreensão e explicação das disputas, processos e estruturas de poder. Nesse contexto, instituições e grupos de interesse estabelecem relações que moldam as estruturas sociais e políticas (Lowi, 2009).

No campo dos estudos ambientais, a arena política tem sido cada vez mais adotada como uma abordagem que fundamenta diversos esforços de pesquisa. Hannigan (2006) argumenta que as arenas políticas relacionadas às questões ambientais apresentam semelhanças, em muitos aspectos, com as arenas políticas tradicionais. No entanto, quando envolvem temas ambientais, essas arenas incorporam de forma mais evidente as dimensões biofísica e ecológica, distinguindo-se das que tratam exclusivamente de problemas sociais.

Na década de 1980, com o surgimento do pós-modernismo e a valorização do discurso como forma de poder, alguns sociólogos passaram a abordar a problemática ambiental sob a ótica do construcionismo social. John A. Hannigan, alinhado a outros autores dessa perspectiva, tais como Hilgartner e Bosk (1988), e Spector e Kitsuse (1977), tornou-se um dos principais defensores dessa abordagem na Sociologia Ambiental (Spector; Kitsuse, 2017). Para Hannigan, embora os problemas ambientais possuam uma base material concreta — como a poluição, o desmatamento e o aquecimento global —, é necessário que esses problemas sejam interpretados e reivindicados socialmente para ganharem visibilidade e importância pública. Assim, ele argumenta que adotar o construcionismo social permite desenvolver

um referencial teórico e ferramentas analíticas mais sofisticadas para compreender a dimensão social das questões ambientais.

Em seu livro *Sociologia Ambiental*, Hannigan (2006) identifica e discute os principais argumentos que caracterizam a construção social dos problemas ambientais. Partindo do pressuposto de que as questões ambientais necessitam de uma arena política para serem legitimadas e atravessam disputas sociais, o autor demonstra que tais questões são passíveis de diversas interpretações (Hannigan, 2006, p. 30).

A abordagem de arena política também ganhou destaque nos estudos sociológicos ambientais, especialmente por meio dos trabalhos de Renn (1992) sobre a construção social do risco. Um dos textos mais relevantes sobre o tema é *The Social Arena Concept of Risk*, no qual o autor aplica a perspectiva de arena aos estudos de risco (Renn, 1992). Renn discute as aplicações e limitações das diferentes abordagens sociológicas no entendimento das questões ambientais, destacando que a Teoria Racional não consegue explicar situações sociais em que os incentivos não são as forças motrizes da ação social. Enquanto as abordagens estruturalistas enfrentam dificuldades para explicar a diversidade de comportamentos individuais dentro de um mesmo contexto, as abordagens construcionistas correm o risco de cair em um relativismo que negligencia a dimensão estrutural dos problemas. Na abordagem de arena política proposta por Renn, as questões ambientais são analisadas com ênfase nos debates políticos, observando o comportamento de cada ator na mobilização de recursos para influenciar as decisões. Nesse sentido, a abordagem se aproxima da Teoria da Escolha Racional (Iwama *et al.*, 2014).

Uma escola importante que aborda a arena política é a escola dos *Commons*, fundada no final da década de 1960 por Elinor Ostrom (Cornu; Orsi; Rochfeld, 2017). Ostrom dedicou sua obra ao estudo dos bens comuns, buscando compreender a influência das regras estabelecidas por instituições formais e não formais na sustentabilidade do uso de recursos naturais. O foco da Teoria dos *Commons* está na ação coletiva relacionada ao uso de recursos comuns. Seus estudos evidenciaram a importância das interações entre instituições, tanto formais quanto não formais, nas arenas de ação. A compreensão dessas interações complexas e seus *feedbacks* na consolidação de estruturas sociais ilumina os mecanismos que podem ser benéficos ou prejudiciais à sustentabilidade ambiental (Brondízio; Ostrom; Young, 2009; Cole; Epstein; McGuinnis, 2014; Ostrom, 1990; Ostrom, 2009; Ostrom, 2011; Ostrom; Gardner; James, 1994).

A perspectiva dos *Commons* concentra-se principalmente na identificação das instituições, das regras que as definem, dos atores que atuam dentro dessas estruturas, das consequências de suas ações sobre o ambiente e dos impactos das alterações ambientais nas suas ações e decisões. Nessa abordagem, os *inputs* e *outputs* ambientais e sociais são analisados dentro da arena, considerados parte de um conjunto de *feedbacks* complexos dentro de um sistema integrado. Para Ostrom, as instituições são entendidas como conjuntos de regras que devem ser aplicadas conforme o contexto, incluindo, por exemplo, a definição de quais atores têm permissão para tomar decisões em uma arena, quais ações são permitidas ou restritas, e quais regras de agregação e segregação prevalecem.

Para Ostrom (1990), o conceito de arena política não pode ser representado por uma configuração formal, embora possa incluí-la. Uma arena é definida como uma situação na qual um tipo de ação ocorre. Para a autora, as situações de ação são espaços sociais onde os indivíduos interagem, realizam trocas de bens e serviços, resolvem problemas, onde se envolvem em disputas e tentativas de dominação, entre outras diversas circunstâncias. Nesse contexto, uma arena é entendida como um espaço social de interação, no qual os participantes têm interesses diversos na disputa e troca de bens e serviços (Bennett, 2018; Ostrom, 2011; Poteete; Ostrom; Janssen, 2011).

As relações de poder também são abordadas nos estudos sobre os *Commons*, embora não constituam uma variável central de análise no modelo. Ostrom (2011) e Poteete, Ostrom e Janssen (2011) afirmam que, em algumas situações de ação, o estatuto dos participantes é extremamente desigual, o que permite que alguns exerçam um poder substancial sobre os outros e obtenham benefícios relativamente

maiores. Para a autora, é fundamental, inicialmente, compreender a estrutura da arena por meio da identificação de padrões de interação e resultados, e, em seguida, entender os fatores exógenos que afetam essa estrutura. Sob essa perspectiva, qualquer arena política é vista como um conjunto de variáveis dependentes. Os fatores que influenciam sua estrutura incluem as regras em vigor, as relações entre os participantes que organizam suas interações, os atributos biofísicos que regulam as práticas e a estrutura social da comunidade em geral (Bennett, 2018; Ostrom, 2011; Poteete; Ostrom; Janssem, 2011).

Diferentemente das abordagens de Hannigan e Renn, a perspectiva de Ostrom considera os fatos sociais como evidências, destacando que, para compreender a dinâmica da problemática ambiental, o mais importante são as variáveis biofísicas, econômicas e sociais, bem como suas interações na arena. Nesse sentido, a arena é entendida como um sistema de variáveis que pode gerar um modelo preditivo das relações sociais com o ambiente estudado. O processo de interação é visto como um jogo de perdas e ganhos entre atores, que possuem ou não incentivos para participar da disputa, e cujas ações são reguladas por normas. O trabalho de Ostrom dá ênfase à cooperação entre os atores, e sua maior contribuição foi demonstrar empiricamente que indivíduos podem agir coletivamente para manejar recursos naturais compartilhados de forma sustentável (Bennett *et al.*, 2018; Brondízio; Ostrom; Young, 2009).

Por fim, a abordagem de Ostrom para a compreensão das problemáticas ambientais, com ênfase no manejo coletivo de bens comuns, baseia-se no desenvolvimento teórico de três níveis de análise: i) o nível individual (comportamento humano); ii) a microssituação (incluindo variáveis imediatas que influenciam os indivíduos em uma ação coletiva); iii) o contexto socioecológico mais amplo, abrangendo seus aspectos naturais, políticos e econômicos (Poteete; Ostrom; Janssem, 2011).

3 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA ABORDAGEM DE NARRATIVA

Inicialmente elaborada no campo da psicologia, essa abordagem tem como um de seus fundadores Gregory Bateson, que se questionava sobre como as interpretações da realidade ancoram sentidos e orientam as interações e ações dos indivíduos (Mendonça; Simões, 2012). Desenvolvida nas ciências cognitivas, busca compreender os padrões de interação entre indivíduos em uma situação específica a partir de suas interpretações da realidade (Entman, 1993; Mendonça; Simões, 2012). Parte do pressuposto de que é a interação social que promove formas de interpretar a realidade, assim como a interpretação da realidade molda as formas de interação social, permitindo que as estruturas sociais sejam reveladas e percebidas (Chong, Druckman, 2007; Entman, 1993; Mendonça; Simões, 2012).

Van Gorp (2007) afirma que existem várias interpretações possíveis da realidade, mas que a manifestação situacional de uma interpretação específica revela as estruturas discursivas que conseguiram atravessar todo um processo social. Para isso, é fundamental compreender tanto a situação quanto as regras implícitas que orientam as ações dos indivíduos e suas interpretações da realidade. Toda forma de pensar e falar envolve estruturas conscientes e inconscientes, promove significados, evoca emoções e revela estereótipos (Van Gorp, 2007).

Nas Ciências Sociais, a abordagem de *frames* ganhou destaque com os estudos sobre Movimentos Sociais, que buscavam entender como os atores mobilizam ideias em seus discursos e reivindicações, criando significados com o poder de influenciar a dinâmica social. Na década de 1980, os pesquisadores estavam interessados em compreender como as disputas em torno dos dilemas sociais estavam mobilizando novas ideias e significados (Benford; Snow, 2000).

Em um dos artigos mais citados sobre a abordagem de *frames*, Entman (1993) afirma que os grupos sociais selecionam certos aspectos da realidade percebida e os destacam com o objetivo de promover uma definição particular do problema. De maneira geral, ao atribuírem significado às situações, os atores as diagnosticam, avaliam e propõem prescrições.

Mendonça e Simões (2012) destacam que as narrativas dos atores não são simplesmente perspectivas ou opiniões, mas laços intersubjetivos que atravessam e estruturam as relações. Embora as narrativas possam ser mobilizadas estrategicamente, elas continuam sendo estruturas simbólicas discursivas que vinculam os atores de forma ativa. As narrativas transformam os atores, assim como são transformadas por eles.

É nessa perspectiva que o estudo de Lakoff (2010) discute a importância e o poder das narrativas compartilhadas. Quando essas narrativas mobilizam emoções e sentimentos coletivos, elas conseguem agregar atores em torno de determinadas agendas com maior facilidade. Nesse sentido, novas narrativas têm uma permeabilidade menor no tecido social, pois mobilizam de maneira menos intensa as emoções e os sentimentos coletivos. Para se consolidarem em uma comunidade, as novas narrativas precisam ser amplamente discutidas e compartilhadas. Mesmo em uma nova situação de decisão, há uma tendência a reproduzir narrativas antigas para dar significado ao novo contexto (Lakoff, 2010).

Os estudos de narrativas buscam revelar a percepção dos atores e compreender como eles legitimam suas ações diante da realidade (Chong; Druckman, 2007). A narrativa pode ser entendida como um recurso comunicativo que interpreta e enquadra (*framing*) o passado, o presente e/ou o futuro por meio da linguagem com o objetivo de conferir significado social a uma situação específica. Ela pode, assim, sustentar as estratégias dos atores em uma arena de negociação ou em um processo decisório. Na abordagem de *frames*, a dimensão das narrativas é vista como estruturante das estratégias e decisões em uma arena política que envolve um dilema público (Ravazzani; Maier, 2017).

Assim, em uma arena política, os *frames* são compartilhados por meio de narrativas que surgem e se inserem no tecido social (Entman, 1993), direcionando as ações nos diferentes processos decisórios. Os estudos de narrativas buscam revelar a percepção dos atores e compreender como eles legitimam suas ações diante da realidade (Chong; Druckman, 2007). Na abordagem de *frames*, a dimensão discursiva e interpretativa é entendida como estruturante das estratégias e decisões em uma arena política que envolve um dilema público (Ravazzani; Maier, 2017). O principal objeto de estudo são as narrativas que revelam padrões de interpretação. Portanto, a abordagem de *frames* explica a dimensão discursiva perceptível que antecede, ao mesmo tempo que estrutura, os dilemas vividos nas arenas políticas. Ela sugere que quadros de sentidos, ou fragmentos de narrativas, podem ser percebidos de forma recorrente, atribuindo significado às ações nas relações sociais (Mendonça; Simões, 2012).

A abordagem de *frames* mostra que, diante da pluralidade e das assimetrias sociais, as escolhas não são inteiramente racionais. Elas envolvem disputas de valores entre atores que se agrupam em torno de um dilema. Nesse sentido, as narrativas que orientam as decisões e estratégias dos atores nas arenas políticas não são completamente conscientes. Elas carregam uma forte carga simbólica da realidade social e histórica vivida pelos atores que participam dessa arena.

Lakoff (2010) discute que são as ideologias políticas que legitimam as tomadas de decisão, sendo caracterizadas por um conjunto de enquadramentos linguísticos (*frames*). Quando um conjunto de *frames* é constantemente repetido, as narrativas político-ideológicas se tornam parte da linguagem comum, e seus *frames* são rapidamente ativados, muitas vezes de forma inconsciente (Lakoff, 2010). O autor argumenta que, para compreender as decisões políticas, é necessário entender o conjunto de *frames* replicados nas narrativas de diferentes grupos sociais. Portanto, em uma arena política, os atores não são completamente independentes em suas escolhas, não apenas pelas estruturas de poder presentes nas relações, mas também porque eles não são totalmente livres em suas narrativas. As narrativas sempre refletem o contexto histórico, social e cultural compartilhado entre os atores (Lakoff, 2010).

4 ESTUDOS DE CASO

Para a análise dos estudos de caso, foram selecionadas pesquisas realizadas no âmbito do Laboratório de Pesquisa em Conflitos e Arenas Ambientais (ConArena), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que aplicam e desenvolvem as abordagens apresentadas com foco na análise de processos decisórios em diferentes contextos socioambientais. Foram priorizadas as pesquisas que aplicam empiricamente essas abordagens para compreender disputas territoriais e ambientais em diversos contextos. As pesquisas selecionadas foram organizadas em uma tabela a seguir a fim de possibilitar uma leitura comparativa dos estudos de caso.

Quadro 1 – Comparação Sistematizada dos Casos de Pesquisa Selecionados

<i>Autor(a)</i>	<i>Título da pesquisa</i>	<i>Contextualização política</i>	<i>Atores envolvidos</i>	<i>Narrativas</i>	<i>Processo decisório</i>
Campos, S. V. (2001)	CAMPOS, S. V. Mudanças sociais e conservação ambiental na Estação Ecológica Juréia-Itatins: o caso dos despraiados. 2001. Dissertação (Mestrado) – IFCH/Unicamp.	Criação de UC na Mata Atlântica nos anos 1990; contexto nacional de redemocratização, avanços na política ambiental pós-Rio-92; internacionalmente, fortalecimento da Convenção da Biodiversidade.	Comunidades tradicionais, gestores, ONGs.	Conservação ambiental vs. permanência das populações locais.	Reconhecimento de direitos territoriais e disputas em conselhos.
Ferreira, L. C. (2004)	FERREIRA, L. C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. <i>Ambiente & Sociedade</i> , v.7, n.1, 2004.	Expansão de UCs no Vale do Ribeira nos anos 1990–2000; governo liberal, foco em reformas institucionais e ambientalismo técnico; globalmente, fortalecimento da governança ambiental multilateral.	Populações locais, órgãos ambientais, universidades.	Conservação estrita vs. práticas tradicionais de manejo.	Inclusão de saberes locais na gestão ambiental.
Junqueira, A. (2006)	JUNQUEIRA, A. Conflitos e alianças na criação do Parque Nacional do Jaú (AM): transformações em “não lugares”. 2006. Tese (Doutorado) – IFCH/Unicamp.	Parque Nacional do Jaú (AM), década de 2000; governo Lula; políticas de ampliação de UCs e conflitos com populações tradicionais; internacionalmente, valorização de áreas protegidas e crítica à exclusão social.	Comunidades locais, órgãos federais, ONGs, pesquisadores.	Visões distintas de conservação vs territorialidades locais.	Tensões permanentes; gestão moldada por alianças e resistências.
Campos, S. V. (2006)	CAMPOS, S. V. Jaú em jogo: mudanças sociais e conservação ambiental no Parque Nacional do Jaú (AM). 2006. Tese (Doutorado) – IFCH/Unicamp.	Ampliação de áreas protegidas na Amazônia no início dos anos 2000; governo FHC–Lula; intensificação da agenda de conservação e surgimento de novas reservas; globalmente, crescimento das ONGs ambientais.	Comunidades locais, gestores, ONGs.	UC como espaço de exclusão vs. território vivido.	Participação tardia das populações no modelo de gestão.

Autor(a)	Título da pesquisa	Contextualização política	Atores envolvidos	Narrativas	Processo decisório
Creado, E. S. J. (2006)	CREADO, E. S. J. Entre lugares e não lugares: restrições ambientais e supermodernidade no Parque Nacional do Jaú (AM). 2006. Tese (Doutorado) – IFCH/Unicamp.	Política federal de conservação na Amazônia no início dos anos 2000; governo Lula, com incentivos à criação de UCs e participação social; contexto internacional de valorização dos bens naturais.	ICMBio, ONGs, moradores locais.	Território como patrimônio natural vs. território como espaço de vida.	Disputas simbólicas e resistência local às regras de exclusão.
Creado, E. S. J. et al. (2008)	CREADO, E. S. J. Entre “tradicionais” e “modernos”: negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia brasileira. <i>Ambiente & Sociedade</i> , São Paulo, v. 11, n. 2, p. 255–271, dez. 2008.	Criação de marcos legais que reforçaram os direitos de populações tradicionais (quilombolas e indígenas), tensionando a lógica de conservação clássica e modernizadora	Comunidades quilombolas e indígenas, Ibama e FVA (Parque do Jaú); IDSM e Sociedade Civil Mamirauá; MMA	População tradicional e direito à permanência vs identidades e condições materiais restritivas	Autoidentificação, reconhecimento jurídico e lutas que influenciam as regras de gestão das UCs
Mendes, A. B. V. (2009)	MENDES, A. B. V. Conservação ambiental e direitos multiculturais: reflexões sobre justiça. 2009. Tese (Doutorado) – IFCH/Unicamp.	UCs na Amazônia durante o governo Lula; contexto de expansão de políticas participativas e valorização da diversidade cultural; globalmente, debate sobre justiça ambiental e direitos indígenas.	Populações locais, ICMBio, ONGs.	Estado como detentor da norma vs. legitimidade das regras locais.	Negociação e pluralismo jurídico no uso dos recursos naturais.
Simões, E. (2010)	SIMÕES, E. O dilema das decisões sobre populações humanas em Parques: jogo compartilhado entre técnicos e residentes no Núcleo Picinguaba. 2010. Tese (Doutorado) – IFCH/Unicamp.	Gestão participativa em UC no litoral norte de SP (2001–2009); governos estaduais progressistas, início do governo Lula; internacionalmente, avanço da democracia participativa e direitos socioambientais.	Moradores do parque, técnicos da SMA-SP.	Exclusão institucional vs. inclusão via pactos locais.	Pactos legitimados via conselho consultivo e gestão compartilhada.
Creado, E. S. J. (2011)	CREADO, E. S. J. Lugares de vida, espaços de lembrança: conflitos e restrições socioambientais no Parque Nacional do Jaú (AM). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.	Impactos da criação do Parque Nacional do Jaú no contexto da expansão das políticas ambientais no Brasil, sobretudo a partir dos anos 1990, quando se intensificam os modelos de conservação baseados na exclusão humana.	Moradores antigos gestores ambientais, ONGs, pesquisadores, MMA, Ibama	Memórias locais, que afirmam uma relação histórica e afetiva com o território.	Criação do parque com baixa participação das populações locais
Viglio, J. E. (2012)	VIGLIO, J. E. Usos sociais e políticos da ciência na definição de riscos e impactos ambientais do setor de petróleo e gás. 2012. Tese (Doutorado) – IFCH/Unicamp.	Licenciamento do setor petrolífero sob os governos Lula-Dilma; euforia econômica com o pré-sal; internacionalmente, críticas à dependência de fósseis e fortalecimento das COPs climáticas.	Cientistas, Estado, empresas.	Ciência como crítica vs. ciência como legitimação do risco.	Disputas de especialistas no processo de licenciamento.

<i>Autor(a)</i>	<i>Título da pesquisa</i>	<i>Contextualização política</i>	<i>Atores envolvidos</i>	<i>Narrativas</i>	<i>Processo decisório</i>
Calvimontes, J. (2013)	CALVIMONTES, J. Bandidos na Serra do Mar? Conflitos, estratégias e usos múltiplos dos recursos naturais na Mata Atlântica, São Paulo. 2013. Tese (Doutorado) – IFCH/Unicamp.	Gestão de UC durante o governo Lula; repressão e criminalização de populações tradicionais; globalmente, tensões entre conservação e direitos humanos.	Comunidades locais, MPF, órgãos ambientais.	Direito à moradia e trabalho vs. conservação estrita.	Judicialização e processos de mediação insuficientes.
Feital, M. S. (2014)	FEITAL, M. S. Conflitos e arenas decisórias de grandes projetos de infraestrutura: uma discussão do Porto de São Sebastião. 2014. Dissertação (Mestrado) – IFCH/Unicamp.	Licenciamento de grandes projetos durante o governo Dilma; PAC e crescimento econômico baseado em infraestrutura; internacionalmente, crítica aos megaprojetos e justiça climática.	Comunidades costeiras, empreendedores, governo estadual.	Crescimento econômico vs. justiça ambiental e territorial.	Licenciamento contestado por ausência de participação efetiva.
Araos, F. J. (2014)	ARAOS, F. J. Para além da biodiversidade: dimensões humanas da conservação marinha em duas regiões da América do Sul. 2014. Tese (Doutorado) – IFCH/Unicamp.	Criação de Áreas Marinhas Protegidas entre 2000 e 2010; governos progressistas no Cone Sul; internacionalmente, pressão para ampliação das áreas marinhas protegidas (Meta Aichi).	Pescadores, ONGs, agências ambientais.	Conservação como técnica científica vs. conservação como pacto social.	Pactos frágeis e disputas por direitos de uso.
El Saifi, S. (2015)	EL SAIFI, S. Atores e conflitos de interesses na região da Terra do Meio, Estado do Pará. 2015. Tese (Doutorado) – IFCH/Unicamp.	Criação do Mosaico da Terra do Meio no governo Lula; resposta à violência fundiária na Amazônia; globalmente, valorização da proteção florestal como política climática.	ICMBio, comunidades locais, grileiros, ONGs.	Conservação participativa vs. exploração ilegal e especulação fundiária.	Criação institucional do Mosaico e seus limites de governança.
Feital, M. S. (2019)	FEITAL, M. S. Climate change and human displacement: a sociological contribution to understand transitional societies. 2019. Tese (Doutorado) – IFCH/Unicamp.	COP-21 (2015), governo Dilma; crise política e econômica no Brasil; internacionalmente, marco do Acordo de Paris e emergência da pauta dos refugiados climáticos.	ONU, cientistas, comunidades do Alasca, governos.	Refugiados como sujeitos de direito vs. como risco geopolítico.	Inclusão do deslocamento ambiental nas agendas globais.
Silvino, A. S. (2019)	SILVINO, A. S. A conservação da Caatinga entre arenas políticas do semiárido brasileiro. 2019. Tese (Doutorado) – IFCH/Unicamp.	Políticas para o bioma Caatinga durante os governos Dilma–Temer; baixo investimento na região; internacionalmente, foco na desertificação e biomas negligenciados.	Cientistas, ONGs, Estado, MMA; Ibama, ICMBio, ASA.	Caatinga como bioma marginalizado vs. estratégico para a conservação.	Falta de políticas efetivas; baixa mobilização institucional.

Autor(a)	Título da pesquisa	Contextualização política	Atores envolvidos	Narrativas	Processo decisório
Viglio <i>et al.</i> (2019)	VIGLIO, J. E.; DI GIULIO, G. M.; BARBI, F.; FERREIRA, L. C. Narrativas científicas sobre petróleo e mudanças do clima e suas reverberações na política climática brasileira. <i>Sociologias</i> , v. 21, n. 51, 2019.	Participação brasileira nas COP-15 e COP-21; governos Lula e Dilma; protagonismo climático externo x contradições internas; internacionalmente, avanço dos compromissos multilaterais.	Cientistas, governo federal, diplomacia ambiental.	Petróleo como vilão climático, motor de desenvolvimento ou ponte para transição.	Posicionamentos oficiais do Brasil nas COPs e formulação da PNMC e INDCs.
Calvimontes <i>et al.</i> (2020)	CALVIMONTES, J. <i>et al.</i> Small-scale gold mining and the Covid-19 pandemic: conflict and cooperation in the Brazilian Amazon. <i>The Extractive Industries and Society</i> , v. 7, n. 4, 2020.	Garimpo na pandemia de Covid-19 sob governo Bolsonaro; desregulamentação ambiental e militarização da Amazônia; crise sanitária global e colapso de cadeias de fiscalização.	Garimpeiros, indígenas, órgãos de controle.	Garimpo como necessidade econômica ou devastação ambiental.	Falta de controle e intensificação do conflito em áreas remotas.
Massaro <i>et al.</i> (2022)	Balancing economic development and environmental responsibility: perceptions from communities of <i>garimpeiros</i> in the Brazilian Amazon. <i>Resources Policy</i> , 79, 2022.	Garimpo em pequena escala durante o governo Bolsonaro; a conservação da biodiversidade amazônica e os direitos dos povos indígenas geram preocupação global.	Garimpeiros, moradores locais e agências governamentais em diferentes níveis.	Perpetuação da atividade para garantir renda e produtividade vs. Uma das principais ameaças aos ecossistemas amazônicos.	Possível abordagem de sustentabilidade nas operações de garimpo em pequena escala na Amazônia.
Moraes, R. R. (2024)	MORAES, R. R. Arenas do garimpo em terras indígenas na região entre o Alto Tapajós e o Alto Xingu. 2024. Tese (Doutorado) – IFCH/Unicamp.	Garimpo em TIs sob governo Bolsonaro (2019–2022); desmonte ambiental e tensionamento com povos indígenas; internacionalmente, denúncias por violações de direitos e desmatamento recorde.	Munduruku, Kayapó, garimpeiros, ONGs, MPF.	Território como ancestralidade vs garimpo como trabalho	Disputas polarizadas e judicialização do processo decisório.

Fonte: Os autores.

Apesar da diversidade de temas — que vão de unidades de conservação na Amazônia e Mata Atlântica a grandes obras de infraestrutura, políticas climáticas e mineração em terras indígenas —, as pesquisas compartilham elementos centrais nas arenas e nas narrativas. Todas elas adotam a noção de arena política como espaço relacional em que múltiplos atores (governo, comunidades locais, ONGs, setor privado e academia) disputam legitimidade e autoridade sobre recursos e territórios. Nesse ambiente, a decisão não é produto de um único agente técnico ou institucional, mas de interações dinâmicas em que interesses conflitantes se reconfiguram continuamente. Quanto às narrativas, observou-se o reconhecimento de que elas não se limitam a representar casos de uso ou políticas, mas estruturam visões de mundo — por exemplo, conservação *versus* modos de vida tradicionais, desenvolvimento econômico *versus* justiça socioambiental — mobilizando valores, emoções e alianças.

Em suma, enquanto o denominador comum dessas pesquisas é a concepção de arena como espaço de disputa multiescalar e de narrativa como instrumento de construção de sentidos — ambos fundamentais para entender processos decisórios socioambientais —, cada conjunto de estudos se distingue pelo foco nas instituições e atores específicos de cada contexto, pelas escalas de atuação (local,

nacional, internacional) e pelas matrizes narrativas que expressam conflitos típicos de conservação, desenvolvimento e justiça social como discutido por Vianna (2008).

5 DISCUSSÃO

Assim como o tecido social molda o ambiente, é nesse mesmo tecido que surgem, se problematizam e se disputam os conflitos socioambientais (Gluckman, 1987; Simmel, 1983). Esses conflitos não se limitam a rupturas ou falhas de gestão, mas são componentes constitutivos das arenas políticas, que se organizam em múltiplos níveis – do local ao global – e mobilizam tanto formas institucionais quanto narrativas simbólicas (Ferreira, 1999; Ostrom, 1990; Renn, 1992). A arena política ambiental, entendida como um espaço relacional e situacional, integra variáveis biofísicas, econômicas e sociais, além de regras formais e informais que regulam a ação coletiva (Ostrom *et al.*, 1994; Ostrom, 2011). Nesse contexto, as decisões sobre o uso de recursos e conservação dependem não apenas de embasamento técnico-científico, mas também de alianças estratégicas, pactos locais e disputas por legitimidade entre atores tão diversos quanto comunidades tradicionais, governos, ONGs e empresas (Ferreira, 2004; Ferreira, 2005; Ferreira *et al.*, 2017).

As narrativas, por sua vez, atuam como dispositivos de construção de significados e enquadramentos (*frames*) que orientam a percepção do problema, definem o que está em jogo e mobilizam emoções e valores coletivos (Chong; Druckman, 2007; Entman, 1993; Ravazzani; Maier, 2017). Ao dar forma a cenários de futuro — seja defendendo urbanização intensa e restauração tecnológica ou fortalecendo modos de vida rurais e diversidade cultural —, as narrativas estruturam coalizões e fomentam consensos ou dissensos dentro das arenas (Lakoff, 2010; Van Gorp, 2007). Reconhecer o conflito como força criativa — e não apenas como anomalia social — permite vislumbrar seu potencial transformador, capaz de reconfigurar o *status quo* por meio da produção contínua de tensões, convergências e renegociações (Hannigan, 2006; Vanvelsen, 1987). Dessa forma, a combinação conceitual de arena política e narrativa oferece um arcabouço analítico robusto para captar simultaneamente as dinâmicas estruturais e os embates simbólicos que atravessam as decisões ambientais, apontando caminhos mais democráticos, inclusivos e sustentáveis na formulação de políticas socioambientais. Portanto, a combinação dessas abordagens pode iluminar soluções possíveis para questões ambientais complexas.

A compreensão da importância das narrativas na dinâmica de uma arena, onde o conflito é percebido como um componente intrínseco a toda e qualquer estrutura social, traz à tona a complexidade dos estudos ambientais (Ferreira, 2004; Ferreira, 2005; Ferreira, 2012; Ferreira *et al.*, 2017). Nesse contexto, conceitos como Arena política, composta por atores, conflitos e tomadas de decisão em múltiplos níveis da organização social, e a identificação das narrativas em disputa, emergem como ferramentas essenciais para revelar os diversos interesses e interpretações nas questões socioambientais. Assim, o conflito torna-se central na compreensão da arena e um importante indicador de mudanças na estrutura social.

Desse modo, a abordagem interdisciplinar dos conceitos de Arena Política e Narrativa tem potencial para aprofundar a compreensão das questões ambientais, uma vez que permite captar tanto as dinâmicas estruturais quanto as disputas simbólicas que moldam os conflitos socioambientais. O conceito de Arena Política, ao ser utilizada como uma lente analítica, possibilita a identificação dos atores envolvidos, suas relações de poder e as estratégias mobilizadas na defesa de seus interesses. Já o conceito de Narrativa evidencia como diferentes grupos sociais constroem e comunicam suas percepções sobre problemas ambientais, influenciando políticas, engajamentos e ações coletivas. A instrumentalização desses conceitos favorece metodologias qualitativas e métodos participativos. Entrevistas, grupos focais e análise de discursos podem ser aplicados para identificar as narrativas dominantes e marginais dentro das arenas políticas, ampliando o entendimento sobre quais perspectivas ganham visibilidade e quais são silenciadas no debate público.

Além disso, a aplicação dessas abordagens no estudo ambiental permite um olhar mais atento para os processos históricos e institucionais que condicionam as disputas políticas (Viglio *et al.*, 2018). Questões como conservação da biodiversidade, mudanças climáticas e gestão de recursos naturais não podem ser analisadas de forma isolada, mas como parte de um sistema dinâmico onde diferentes atores – comunidades locais, empresas, governos e organizações internacionais – disputam espaços de influência e decisão. Assim, compreender as arenas políticas ambientais implica analisar a interação entre estruturas regulatórias, discursos e demandas sociais, evidenciando como o poder e a legitimidade são distribuídos.

Outro aspecto relevante da instrumentalização interdisciplinar desses conceitos é a possibilidade de construir cenários futuros mais realistas e fundamentados nas dinâmicas sociais e políticas. Os *frames* narrativos não apenas descrevem percepções sobre problemas ambientais, mas também orientam as ações dos atores envolvidos. Dessa forma, ao identificar como determinados discursos legitimam ou contestam políticas ambientais, é possível antecipar possíveis desdobramentos e elaborar estratégias mais eficazes para enfrentar desafios emergentes (Aguiar *et al.*, 2022). Logo, a combinação das abordagens de Arena Política e Narrativa fornece um arcabouço analítico robusto para compreender a complexidade dos conflitos ambientais. Em um cenário onde as disputas não são apenas técnicas, mas também simbólicas e políticas, entender como diferentes grupos sociais constroem e disputam significados sobre os problemas ambientais se torna fundamental. As soluções para desafios socioambientais não surgem de um consenso prévio, mas da interação dinâmica entre interesses diversos, valores em disputa e estratégias políticas (Vianna, 2008).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abordagens teóricas e estudos de caso que articulam arenas políticas ambientais e suas narrativas evidenciam a pertinência de conceber a arena política como um constructo analítico dinâmico, caracterizado por reconfigurações constantes em função de tensões, conflitos e parcerias. Nesse quadro, as narrativas atuam como dispositivos de enquadramento que orientam a percepção e a ação dos diferentes atores, seja nos contextos de unidades de conservação, grandes empreendimentos ou políticas climáticas. Aplicada em múltiplas escalas e biomas, essa perspectiva permite não apenas mapear impasses e oportunidades de governança, mas também identificar lacunas metodológicas, em especial a carência de estudos que integrem sistematicamente análises qualitativas e quantitativas das narrativas em disputa.

Ao reconhecer as arenas ambientais como espaços de negociação contínua, a combinação interdisciplinar dos conceitos de arena e narrativa oferece um aporte teórico-metodológico capaz de iluminar a complexidade dos processos decisórios socioambientais. Essa abordagem favorece a identificação de atores, interesses e representações em interação e fornece subsídios para o desenho de políticas mais contextualizadas, sensibilizadas às especificidades locais e aos fluxos transnacionais. Por fim, a construção de cenários participativos que articulem narrativas globais e locais se apresenta como estratégia promissora para apoiar decisões em condições de incerteza, contribuindo para a formulação de respostas adaptativas e fundamentadas na diversidade de perspectivas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) o financiamento das pesquisas desenvolvidas pelos autores.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, A. P. D. *et al.* Co-designing global target-seeking scenarios: a cross-scale participatory process for capturing multiple perspectives on pathways to sustainability. **Global Environmental Change**, v. 65, p. 102198, 2020. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2020.102198>
- ARAOS, J. L. A. **In addition to biodiversity**: human dimensions of marine conservation in two regions of South America. 2014, Environment and Society Doctor's Thesis, State University of Campinas, Campinas, 2014.
- BENFORD, R.; SNOW, D. Framing processes and social movements: an overview and assessment. **Annual Review of Sociology**, Chapel Hill, v. 26, p. 611 – 39. 2000.
- BENNETT, A. *et al.* Embracing conceptual diversity to integrate power and institutional analyses: introducing a relational typology. **International Journal of the Commons**, v. 12, n. 2, p. 330 – 357. 2018. DOI: 10.18352/ijc.819
- BRONDÍZIO, E. S. **Interdisciplinarity as collaborative problem framing**. Brooklyn, NY: Items, 2017. Available at: <https://items.ssrc.org/interdisciplinarity-as-collaborative-problem-framing/>. Accessed at: 15 jan. 2018.
- BRONDIZIO, E. S.; OSTROM, E.; YOUNG, O. R. Connectivity and the governance of multilevel social-ecological systems: the role of social capital. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 34, p. 253–278, 2009. Available at: <https://doi.org/10.1146/annurev.enviro.020708.100707>
- CALDENHOF, S. B. L. **Mudanças sociais, conflitos e Instituições na Amazônia**: os casos do Parque Nacional do Jaú e da Reserva Extrativista do Rio Unini. 2013. 361 f. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- CALVIMONTES, J. **Bandidos na Serra do Mar?** Conflitos, estratégias e usos múltiplos dos recursos naturais na Mata Atlântica, São Paulo. 2013, 260 f. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- CALVIMONTES, J.; MASSARO, L.; ARAUJO, C. H. X.; MORAES, R. R.; MELLO, J.; FERREIRA, L. C.; DE THEIJE, M. Small-scale gold mining and the Covid-19 pandemic: conflict and cooperation in the Brazilian Amazon. **The Extractive Industries and Society**, v. 7-4, p. 1347-1350. 2020. DOI: 10.1016/j.exis.2020.08.013
- CAMPOS, S. V. **Jaú em Jogo**: mudanças sociais e conservação ambiental no Parque Nacional do Jaú (AM). 2006, 233 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2006.
- CAMPOS, S. V. **Mudanças Sociais e Conservação Ambiental na Estação Ecológica Juréia-Itatins: o caso dos despraiados**. 2001, 212 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- CHONG, D.; DRUCKMAN, J. Framing theory. **Annual Review of Political Science**, v. 10, p. 103 – 126. 2007. Available at: <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.10.072805.103054>
- COLE, D. H.; EPSTEIN, G.; MCGINNIS, M. D. **Toward a new institutional analysis of social-ecological systems (Niases)**: combining Elinor Ostrom's IAD and SES frameworks. Legal Studies Research Paper Series, Bloomington, IN, n. 299, p. 1–22, 2014. Available at: <https://doi.org/10.18352/ijc.xxx>.
- CORNU, M.; ORSI, F.; ROCHFELD, J. **Dictionnaires des biens communs**. Paris: Presses Universitaires de France. 2017.
- COSTA, H. Democracia e participação na teoria pluralista. **Revista Cronos**, Natal, v.8, p. 215 – 228. 2007.

CREADO, E. S. J. **Entre lugares e não lugares: restrições ambientais e supermodernidade no Parque Nacional do Jaú (AM)**. 2006. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

CREADO, E. S. J. *et al.* Entre “tradicionais” e “modernos”: negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia brasileira. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 255 – 271, dez. 2008. Available at: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2008000200004>

CREADO, E. S. J. **Lugares de vida, espaços de lembrança: conflitos e restrições socioambientais no Parque Nacional do Jaú (AM)**. São Paulo: Annablume – Fapesp, 2011.

DI GIULIO, G. M. *et al.* Propostas metodológicas em pesquisas sobre risco e adaptação: experiências no Brasil e na Austrália. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 35 – 54, out. 2014. Available at: <https://doi.org/10.1590/1809-44ASOC895V1742014>

DRYZEK, J. S. **The politics of the earth: environmental discourses**. Oxford: Oxford University Press, 2022.

EL SAIFI, S. **Atores e Conflitos de Interesses na Região da Terra do Meio, Estado do Pará**. 2015, 237 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

ENTMAN, R. M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 42, p. 51 – 58, 1993. Available at: <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>

FEITAL, M. S. **Climate change and human displacement: a sociological contribution to understand transitional societies**. 2019, 161 f. Sociology Doctor’s Thesis, State University of Campinas, Campinas, 2019.

FEITAL, M. S. **Conflitos e arenas decisórias de grandes projetos de infraestrutura: uma discussão do Porto de São Sebastião**. 2014, 178 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

FERREIRA, L. C. A equação dinâmica entre conflitos sociais, recursos naturais e desastres ambientais: o estado da arte e uma proposta teórica. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE – ANPPAS, 6., 2012, Belém. **Anais [...]** Belém: ANPPAS, 2012. Available at: <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT10-731-432-20120630165306>. Accessed at: 17 jul. 2015.

FERREIRA, L. C. Conflitos sociais contemporâneos: sobre o ambientalismo brasileiro. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 35–54, 1999. Available at: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200004>.

FERREIRA, L. C. Conflitos sociais e o uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos técnicos e linhas de pesquisa. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 7, p. 105–118, 2005. Available at: <https://doi.org/10.5007/%25x>.

FERREIRA, L. C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 47–66, 2004. Available at: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2004000100004>.

FERREIRA, L. C. Prefácio. In: **Conflitos e arenas decisórias de grandes projetos de infraestrutura: uma discussão do Porto de São Sebastião**, SP, Brasil. Jundiaí, SP: Paco, 2016.

FERREIRA, L. C.; CAMPOS, S. V.; CREADO, E. S. J.; COSTA, F. R. S.; FERNANDES, A. A. Conflictos entre expansión urbana y cobertura vegetal y sus consecuencias para los cambios ambientales globales: un estudio en el litoral del estado de São Paulo, Brasil. In: **Clima de tensión: acción humana, biodiversidad y cambios climáticos**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2017. p. 137–166.

FERREIRA, L. C.; CAMPOS, S. V.; CREADO, E. S. J.; MENDES, A. B. V.; CAROPRESO, C. Encontro das águas: dinâmicas sociais e biodiversidade na Amazônia brasileira. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v. 16, n. 1, p. 15–37, jan. 2007. Available at: <https://doi.org/10.4322/tp.v16i1.31>.

FERREIRA, L. C.; SIVIERO, S. O.; CAMPOS, S. V.; SILVEIRA, P. C. B.; OLIVEIRA, V. G.; MENDES, A. B. V.; PINTO, A. O. Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul (SP). **Revista Ideias**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 115–150, jan. 2001.

FLØTTUM, K.; GJERSTAD, Ø. Narratives in climate change discourse. **Wiley Interdisciplinary Reviews: climate change**, v. 8, n. 1, p. e429, 2017. Available at: <https://doi.org/10.1002/wcc.429>

GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia Moderna. In: EVANS-PRITCHARD, E. E.; FORTES, M. (orgs.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987.

HALL, P.; TAYLOR, R. Political science and the three new institutionalisms. **Political Studies**, Cambridge, v. 44, n. 5, p. 936–957, 1996. Available at: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.1996.tb00343.x>.

HANNIGAN, J. **Environmental Sociology: a social constructionist perspective**. New York, NY: Routledge, 2006.

IWAMA, A. Y. *et al.* Interconnected, inter-dependent technological and environmental risks in the context of climate change. In: **United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNISDR)**. Global Assessment Report 2015 (GAR15). Switzerland: UNISDR, 2014.

LAKOFF, G. Why it Matters How We Frame the Environment. **Environmental Communication**, v. 4, n. 1, p. 70–81, 2010. Available at: <https://doi.org/10.1080/17524030903529749>

LELE, S.; WILSHUSEN, P.; BROCKINGTON, D.; SEYMOUR, F.; PELUSO, N. L.; RIBOT, J.; KULL, C. A.; RODRÍGUEZ, I.; AGRAWAL, A.; REDFORD, K.; COLFER, C. J. P. Framing the environment. In: LELE, S.; SPRINGATE-BAGINSKI, O. (orgs.). **Rethinking environmentalism: linking justice, sustainability, and diversity**. Cambridge: Strüngmann Forum Reports, 2018.

LOWI, T. **Arenas of power**. London: Paradigm Publishers, 2008.

MASSARO, L.; MENDES, A. B. V.; FERREIRA, L. C.; CAMPOS, S. V.; CREADO, E. S. J. Balancing economic development and environmental responsibility: perceptions from communities of garimpeiros in the Brazilian Amazon. **Resources Policy**, v. 79, 2022. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2022.103063>.

MENDES, A. B. V.; FERREIRA, L. C.; CREADO, E. S. J. Processos decisórios envolvendo populações que residem no Parque Nacional do Jaú (AM). In: CREADO, E. S. J.; MENDES, A. B. V.; FERREIRA, L. C. (orgs.). **Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil II**. São Paulo: Annablume, 2008.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n.79, p.187 – 201. 2012. Available at: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000200012>

MORAES, R. R. **Arenas do garimpo em terras indígenas na região entre o Alto Tapajós e o Alto Xingu**. 2024, 221 f. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2024.

OSTROM, E. Background on the institutional analysis and development framework. **The Policy Studies Journal**, Oxford, v. 39, n. 1, p. 7–27, 2011. Available at: <https://doi.org/10.1111/j.1541-0072.2010.00394.xx>

OSTROM, E. Beyond markets and states: polycentric governance of complex economic systems. **Prize Lecture**, Bloomington, 2009. Available at: <https://doi.org/10.1257/aer.100.3.641>.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. Available at: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511807763>.

OSTROM, E.; GARDNER, R.; WALKER, J. **Rules, games, and common-pool resources**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1994. Available at: <https://doi.org/10.3998/mpub.9739>.

POLSBY, N. W. **Community power and political theory**. New Haven: Yale University Press, 1963.

POTEET, A. R.; OSTROM, E.; JANSSEN, M. A. **Trabalho em parceria**: ações coletivas, bens comuns e múltiplos métodos. São Paulo, SP: Senac, 2011.

RAVAZZANI, S.; MAIER, C. D. Framing of issues across actors: exploring competing discourses in digital arenas. **Journal of Communication Management**, v. 21, n. 2, p. 18 – 200. 2017. DOI:10.1108/JCOM-07-2016-0050

RENN, O. The social arena concept of risk debates. *In*: KRIMSKY, S.; GOLDING, D. (org.). **Social theories of risk**. Westport: Praeger, 1992.

SIMMEL, G. **A natureza sociológica do conflito**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

SPECTOR, M.; KITSUSE, J. I. **Constructing social problems**. London: Routledge, 2017.

VAN GORP, B. The constructionist approach to framing: bringing culture back in. **Journal of Communication**, Oxford, v. 57, p. 60–78, 2007. Available at: <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2006.00329.x>.

VAN VELSEN, J. Análise situacional e o método do estudo de caso detalhado. *In*: EVANS-PRITCHARD, E. E.; FORTES, M. (orgs.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: Global, 1987.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume, 2008.

VIGLIO, J. E. **Usos sociais e políticos da ciência na definição de riscos e impactos ambientais do setor de petróleo e gás**. 2012, 177 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

VIGLIO, J. E.; DI GIULIO, G. M.; BARBI, F.; FERREIRA, L. C. Narrativas científicas sobre petróleo e mudanças do clima e suas reverberações na política climática brasileira. **Sociologias**, v. 21, n. 51, 2019.

VIGLIO, J. E.; MONTEIRO, M. S.; FERREIRA, L. C. Ciência e processo decisório: a influência dos experts no licenciamento ambiental de um empreendimento petrolífero no litoral paulista. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 33, n. 98, p. 1- 23. 2018. Available at: <https://doi.org/10.1590/339808/2018>